

ATA DA TRECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA (362ª) REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN. NIRE Nº 42300015024, CNPJ nº 82.508.433/0001-17.

DADOS DA REUNIÃO			
Data:	22 de maio de 2020	Horário:	Das 13h30 às 22h
Local:	Realizada por videoconferência em razão do Decreto nº 525/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina.		
PRESENCAS			
Vladimir Arthur Fey	Presidente do Conselho		
Messias Fontinhas de Souza	Conselheiro		
Décio Augusto Bacedo de Vargas	Conselheiro		
Sabrina Weiss Raupp	Conselheira		
Alexandre Bach Trevisan	Conselheiro		
Roberta Maas dos Anjos	Conselheira		
Eleanora Cristina de Melo	Conselheira		
Felipe Boselli	Conselheiro		
Fabrcio Santos Debortoli	Conselheiro		
DELIBERAÇÕES:			
<p>Cancelamento do Processo de Aumento do Capital Social em Andamento: O Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, Sr. Ivan Gabriel Coutinho fez os esclarecimentos e os membros do Conselho de Administração aprovaram o cancelamento do aumento de capital social por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, no valor mínimo de R\$ 45.886.845,59 e, no valor máximo de R\$ 57.944.595,11, mediante a emissão de, no mínimo, 38.958.477 ações (19.312.672 ações ordinárias e 19.645.805 ações preferenciais) e, no máximo, 49.195.649 ações (24.937.950 ações ordinárias e 24.257.699 ações preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,80 por ação, deliberado em Reunião do Conselho de Administração nº 359 realizada em 16 de março de 2020. Os valores já aportados em moeda corrente pelos acionistas da Companhia deverão ser a eles restituídos até o dia 09 de junho de 2020. Foi apresentado pelo Procurador-Geral o parecer jurídico quanto à legalidade do ato.</p>			

Aprovação de Proposta de Novo Aumento de Capital Social: Após análise os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, no montante mínimo de R\$ 584.360,74 mediante a emissão de 496.130 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e, no montante máximo de R\$ 57.944.596,17 mediante a emissão de 49.195.654 ações (24.937.953 ações ordinárias e 24.257.701 ações preferenciais), nominativas e sem valor nominal, com preço de subscrição correspondente ao valor patrimonial de R\$1,177839737 por ação. O presente aumento do capital, com exercício de direito de subscrição, se dá em função de valores contabilizados para futuro aumento de capital de créditos de dividendos de exercícios anteriores retidos dos seguintes acionistas: Governo do Estado, SC Parcerias, CELESC SA e CODESC para a aplicação em obras da CASAN no Estado de Santa Catarina. A Diretoria da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos que se façam necessários à implementação do Aumento de Capital ora aprovado. Neste item o Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores informou sobre a importância da subscrição, em razão de possível entendimento, ainda que equivocado, da Receita Federal de autuar casos similares como contratos de mútuo. Neste sentido, o Conselho solicitou ao Diretor Financeiro a realização de estudo identificando a possibilidade de implementação de melhoria no processo de distribuição dos dividendos retidos.

Assuntos Gerais: Repercussão do evento divulgado pela mídia Lagoa da Conceição: Foi apresentado pela Diretora Presidente relato sobre o auto de infração recebido pela CASAN quanto à possível contaminação da Lagoa da Conceição. A Diretora-Presidente informou que a fissura encontrada no poço de inspeção é de dimensão muito reduzida e que não teria vazão suficiente para uma contaminação. Além disso, foram encaminhadas amostras para laudos que serão ainda concluídos, mas que as informações preliminares seriam no sentido de que o fenômeno observado na Lagoa da Conceição teria relação com a estiagem e que, a princípio, não foram observados vestígios de qualquer material que pudesse ser oriundo de um vazamento de esgoto na Lagoa da Conceição. Neste tocante, foi apresentada a necessidade de se formar um grupo para a inclusão de instrumentos de matriz de risco nos contratos de programa, sendo informado pelo Procurador-Geral que já há na Procuradoria estudo neste sentido. O Conselho manifestou seu apoio à Diretoria e sugeriu a ampliação do esforço no sentido de aumentar os contrapontos da CASAN e a geração de mídia positiva nos meios de comunicação. Foi solicitado pelo Conselho o encaminhamento de todos os laudos e documentos técnicos tão logo estejam prontos, para acompanhamento da questão com o zelo necessário.

Assuntos Gerais: Informação sobre cancelamento AGO agendada para o dia 30 de abril e novo chamamento para 18 de junho: O Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores discorreu sobre a necessidade de alteração da data da Assembleia Geral Ordinária que aconteceria no dia 30 de abril e sua nova chamada para o dia 18 de junho. O Conselho deliberou por aprovar a nova data de realização da AGO em 18 de junho de 2020.

CONHECIMENTO:

Relato do Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação sobre:

1. Acompanhamento do Novo Planejamento Estratégico:

O Conselho deliberou pela realização de benchmarking e de consulta pública para o aprimoramento do Termo de Referência.

2. Relatório de Atividades da Divisão de Eficiência Energética:

O Comitê solicitou que seja apresentado um plano de eficiência energética, sendo aprovado pelo Conselho o pedido.

3. Solicitações de Ligações de Energia junto à CELESC:

O Conselho encaminhou solicitação à Diretoria para que seja dado andamento à solicitação manifestada na Ata 359, de que seja formado instrumento de parceria com a CELESC para a celeridade desses processos em casos futuros.

4. Apresentação das Regras e/ou Política para Pesquisa da CASAN:

O Comitê sugeriu o encaminhamento de solicitação à Diretoria para estruturar uma política de incentivo à pesquisa e inovação que possibilite uma maior evolução de eficiência da empresa, sendo aprovada a solicitação pelo Conselho.

Relato do Comitê Financeiro sobre o Acompanhamento do OPEX e CAPEX diante do cenário da COVID-19

O Conselheiro Messias apresentou relato do Comitê Financeiro sobre a situação econômico da empresa, com cenário positivo, sem que exista, neste primeiro momento, forte pressão de inadimplência sobre o caixa. Manifestou, ainda, a proximidade da liberação dos recursos da Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD -, o que traria uma maior liquidez à empresa. O Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores fez apresentação ao Conselho sobre a situação financeira atual da empresa, com os possíveis cenários econômicos e soluções já desenhadas pela Diretoria. Os conselheiros parabenizaram o trabalho da Diretoria Financeira, elogiando a construção dos cenários e o planejamento. O Conselho apresentou solicitação à Diretoria para que fosse feito o acompanhamento dos cortes que eventualmente deveriam estar abertos e não estão devido à legislação estadual, quanto a este tópico houve apontamento do Procurador-Geral para informar que a CASAN já moveu ação judicial e aguarda resultado para suspender os efeitos da norma que proíbe os cortes nos casos de inadimplência. O Conselho solicitou à Diretoria que fosse analisado o limite de pressão de caixa suportado pela Companhia que colocaria em risco a operação da Companhia.

Relato do Comitê de Governança, Risco e Conformidade sobre:

1. Acompanhamento dos Indicadores de Resultados e Metas da Estratégia de Longo Prazo 2020-2024:

O Conselheiro Décio apresentou o relato do Comitê sobre o acompanhamento dos resultados e metas estratégicas de longo prazo da Companhia. O Conselho deliberou por solicitar à Diretoria a definição final de todas as métricas, além da necessidade de aprimoramento das métricas já colocadas e que são anuais em estrutura que permita o seu

acompanhamento mensal a ser apresentado na próxima RCA. O Conselho decidiu que os resultados do planejamento estratégico devem ser divulgados a toda Companhia, após a aprovação das informações pelo Conselho.

2. Relatório da Auditoria Interna:

Foi discutida a necessidade de aprovação do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna pelo Conselho de Administração, que foi encaminhada à Procuradoria-Geral para parecer. O Comitê propôs, por outro lado, que a Auditoria Interna avalie a necessidade de aplicação de outras camadas de controle compatíveis com a elevação do risco nos processos de contratação por dispensa de licitação ou inexigibilidade em um cenário de calamidade pública, sendo essa proposição referendada pelo Conselho.

3. Procedimentos de Encaminhamento de Matérias para o Conselho de Administração:

O Conselheiro Décio apresentou a evolução da matéria, com o relato das ações tomadas internamente pela CASAN no sentido de normatizar o processo de envio de matérias ao Conselho de Administração e explicou que uma vez finalizado o material, ele seguirá os trâmites internos, conforme especificado na Norma SPLAN/N/001, para sua aprovação e criação da norma e formulários específicos. O Comitê pediu que a proposta final seja apresentada ao Comitê antes de iniciar os trâmites internos para sua aprovação. O Conselho solicitou que fosse incorporado ao procedimento as ações referentes aos eventuais esclarecimentos dos assuntos encaminhados antes da reunião do Conselho.

LAVRATURA

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião e suspendeu os trabalhos para confecção da ata que foi lida e aprovada pelos Conselheiros: Décio Augusto Bacedo de Vargas, Fabrício Santos Debortoli, Roberta Maas dos Anjos, Sabrina Weiss Raupp, Messias Fontinhas de Souza, Felipe Boselli, Alexandre Bach Trevisan e Eleanora Cristina de Melo, e vai assinada digitalmente pelos Senhores Presidente do Conselho e pelo Secretário.

ASSINATURAS

VLADIMIR ARTHUR FEY
Presidente

ANIGELI DAL MAGO
Chefe de Gabinete, em exercício